

# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## PROJETO DE LEI Nº 2.755, DE 2021

Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, para proibir o plantio e a comercialização de trigo transgênico no Brasil.

**Autor:** Deputado NILTO TATTO

**Relator:** Deputado IVAN VALENTE

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei 2.755/2021, de autoria do deputado Nilto Tatto, insere o art. 36-A na Lei 11.105/2005 (Lei de Biossegurança), proibindo o plantio e a comercialização de trigo transgênico resistente ao glufosinato de amônio. O projeto não possui apensos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Nesta comissão, em 18/11/2021, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Neri Geller (PP-MT), pela rejeição, porém não apreciado.

### II - VOTO DO RELATOR



O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Nilto Tatto, propõe alteração na Lei de Biossegurança para proibir o plantio e a comercialização de trigo transgênico resistente ao glufosinato de amônio no Brasil.

A literatura científica internacional apresenta evidências sobre os efeitos nocivos desta substância, demonstrando que o glufosinato causa toxicidades no sistema nervoso central e respiratório, com taxas significativas de mortalidade. A Organização Mundial da Saúde o classifica como potencialmente cancerígeno, e compilação de 113 estudos revisados por pares evidencia sua genotoxicidade, além de danos a coração, fígado, rins e sistema nervoso central. Particularmente preocupante é a evidência de que atravessa a barreira placentária, podendo provocar abortos e malformações fetais. Há escassez de estudos sobre impactos aquáticos, onde a bioacumulação na cadeia alimentar tende a magnificar os problemas.

Esta matéria transcende aspectos meramente técnicos, alcançando dimensão fundamental de proteção aos direitos constitucionais à saúde e ao meio ambiente. O trigo constitui alimento basilar na dieta brasileira, com consumo médio superior a 40 quilos per capita ao ano, presente cotidianamente em pães, massas e bolos consumidos especialmente por crianças. Esta presença massiva na alimentação torna imprescindível a aplicação do princípio da precaução diante das evidências científicas sobre os graves riscos do glufosinato de amônio, herbicida ao qual o trigo transgênico HB4 foi geneticamente modificado para resistir.

Um aspecto crucial distingue este caso: o trigo transgênico não é meramente exposto ao herbicida, mas geneticamente modificado para tolerar grandes doses. O veneno circula dentro da planta e inevitavelmente alcança os grãos destinados ao consumo humano, resultando em resíduos significativamente maiores que no trigo convencional. Esta característica expõe toda a população a níveis elevados de substância reconhecidamente tóxica através de alimentos de consumo diário. Enquanto isso, o glufosinato de amônio é proibido na União Europeia e na maioria dos países desenvolvidos, precisamente pelos riscos comprovados.



Os impactos ambientais são igualmente graves, com evidências de danos a bactérias e insetos benéficos essenciais ao controle biológico, toxicidade para organismos aquáticos e potencialização de algas malignas. Significativamente, até a indústria de moagem e de alimentos manifestou-se contrariamente ao trigo transgênico, temendo rejeição dos consumidores.

O princípio constitucional da precaução, consagrado no artigo 225 da Constituição Federal, impõe ao legislador o dever de agir preventivamente diante de riscos graves e potencialmente irreversíveis, especialmente quando há evidências científicas substanciais de periculosidade. Não se trata de oposição ideológica aos organismos geneticamente modificados, mas de análise racional dos riscos específicos associados a esta modificação destinada a permitir o uso intensivo de substância reconhecidamente tóxica. A vulnerabilidade de crianças e jovens, grandes consumidores de produtos derivados de trigo, impõe responsabilidade ainda maior. Não podemos admitir que um alimento fundamental torne-se vetor de exposição sistemática a substância genotóxica, neurotóxica e potencialmente cancerígena.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação do Projeto de Lei 2.755/2021, apenas alterando “transgênico” por “geneticamente modificado”, para manter coerência com a terminologia adotada na Lei nº 11.105/2005, conforme substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

**IVAN VALENTE**  
**DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP**  
**(Relator)**



# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.755, DE 2021

Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, para proibir o plantio e a comercialização de trigo geneticamente modificado no Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, para proibir o plantio e a comercialização de trigo geneticamente modificado no Brasil.

Art. 2º A Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 36-A:

“Art. 36-A Ficam proibidos o plantio e a comercialização de trigo geneticamente modificado resistente ao glufosinato de amônio.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

**IVAN VALENTE**  
**DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP**  
**(Relator)**

